

Câmara e Senado definem cronograma para a convocação extraordinária

por Eduardo Hollanda
de Brasília



Ibsen Pinheiro

A Câmara dos Deputados e o Senado definem hoje o cronograma para apreciação e votação dos projetos que constam da pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. A ordem de entrada dos projetos será decidida em reuniões dos colégios de líderes da Câmara e do Senado, sob a coordenação dos presidentes das duas Casas, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Para hoje, a Câmara já tem dois projetos na ordem do dia, prontos para votação — a regulamentação do plebiscito de 21 de abril e a Advocacia-Geral da União. Além disso, foi decidido começar a discussão em plenário do ajuste fiscal.

Em reunião realizada ontem entre Ibsen, Benevides, e os líderes do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), e no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), ficou decidido o adiamento da reunião que estava marcada para esta semana entre o presidente da República, Itamar Franco, os líderes partidários na Câmara e no Senado, os presidentes de comissões permanentes e os integrantes das mesas diretoras das duas casas. A proposta de adiamento foi de Roberto Freire, que se baseou na agenda carregada que o Congresso terá para aprovar, até o dia 10 de fevereiro.

Freire explicou que o objetivo da convocação extraordinária é aprovar, se

possível, “todos os projetos da pauta enviada pelo Executivo” e também os do adiamento, decidido pelos presidentes da Câmara e do Senado. O líder do governo acredita que o ajuste fiscal tem grandes possibilidades de ser aprovado, pois vários partidos, como o PMDB, o PT e o PDS, estão favoráveis à votação, embora sugerindo algumas mudanças. Freire espera ver rapidamente aprovados na Câmara vários projetos, como o de regulamentação do plebiscito, o da Advocacia-Geral da União, e o do salário dos servidores públicos. Segundo ele os dois primeiros, poderão ser votados hoje mesmo.

Para o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, “há tempo suficiente para a aprovação de todos os projetos. Só resta ver se haverá maioria para a aprovação”.

Ibsen confirmou que ele e Mauro Benevides decidiram fazer um simples adi-

tamento à pauta da convocação extraordinária, incluindo o reajuste dos funcionários do Legislativo e o texto principal da reforma agrária, vindo do Senado para a votação final na Câmara, que havia sido incluído de modo errado. Ibsen disse que a Câmara estará preparada para votar, no menor prazo possível, os projetos de sua origem e que tiverem sido alterados no Senado. Neste caso, podem estar o projeto de licitações, o de concessões do serviço público e o de modernização dos portos, primeiros itens da pauta de votação do Senado.

Para Mauro Benevides, esses três projetos deverão ser incluídos na ordem do dia do Senado a partir de hoje, para votação ainda nesta semana. Ele confirmou que o ajuste fiscal e o reajuste dos servidores públicos — incluindo-se os do Legislativo e dos próprios deputados e senadores — são pontos prioritários. Sobre o ajuste fiscal, que prevê emendas à Constituição

e tem por isso prazo mais longo, Benevides disse que tudo vai depender da Câmara. “Se a Câmara chegar a um projeto aprovado por ampla maioria, a tramitação no Senado será mais facilitada. Além disso, vários senadores estão acompanhando há tempos a tramitação do projeto na Câmara, para facilitar a sua apreciação e votação.”

O líder do PDS, José Luiz Maia (PI), anunciou ontem que seu partido pretende votar pela aprovação do ajuste fiscal, surpreendendo até Roberto Freire. “Para nós do PDS, o ideal seria aprovar o projeto do Luiz Roberto Ponte, que acaba com o Imposto de Renda e reduz os impostos a três no máximo. Mas como o governo decidiu por essa meia-sola, vamos dar apoio à sua aprovação.” Uma das exigências do PDS, a de que o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) deva ser regulamentado por lei ordinária, foi aceita pelo governo.

Agenda

Ontem

Câmara

- Não houve sessão.

Senado

- Não houve sessão.

Congresso Nacional

- Sessão de abertura de convocação extraordinária.

Hoje

Câmara

- Sessão ordinária, a partir

das 14 h — Na pauta, votação da regulamentação do Plebiscito e da Lei Orgânica da AGU.

Senado

● Sessão ordinária, a partir das 14h30 — Na pauta, votação dos projetos dos portos, licitações e concessões do serviço público.

Congresso Nacional

- Não haverá sessão.